

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,31%	4,52%	5,46%	3,77%	3,37%	3,28%
VARIACAO DO PIB	1,10%	-4,10%	4,30%	2,43%	2,48%	2,48%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	13,93%	-16,43%	28,03%	8,51%	6,70%	14,41%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	13,41%	9,19%	-7,89%	4,90%	2,07%	-0,31%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIAO	4,09%	7,05%	-10,25%	0,30%	-0,97%	-3,64%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	-1,63%	0,62%	-2,94%	-1,32%	-1,21%	-1,82%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,18%	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,18%	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	187,04%	-27,85%	-80,05%	26,38%	-27,17%	-26,95%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	5,81%	6,42%	6,46%	6,37%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,25	5,25	5,13	5,08

- 1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/especie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.
2 - Os Percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do Siste de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consultas/seriesestatisticas>)

BR
M

1.7.5.0.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	1.041.557,29	1.218.713,14	2.029.065,54	1.687.000,00	1.879.312,34	1.923.884,63	1.914.692,55
1.7.6.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Pessoas Físicas	91.866,35	187.242,48	188.551,07	275.682,00	246.926,22	255.247,63	253.619,75
1.9.0.0.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.263,10	14.752,83	500,00	21.760,00	13.995,69	14.467,35	14.941,88
1.9.2.0.0.0.00.00.00	Restituições, Ressarcimentos e Ressarcimentos	77.533,48	100.574,21	102.571,49	102.299,00	116.438,16	120.382,12	124.310,00
1.9.2.0.1.2.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	77.533,48	100.574,21	102.571,49	102.299,00	116.438,16	120.382,12	124.310,00
1.9.9.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	7.069,77	71.975,44	85.359,58	151.624,00	116.492,37	120.418,16	124.387,87
1.9.9.0.3.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.6.0.00.00.00	Contribuição de Subvenções ou Subsídios	7.069,77	45.549,74	53.356,39	100.000,00	74.937,51	77.462,91	80.003,69
1.9.9.0.1.1.00.00.00	Variante Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.00.00.00	Empreços Leais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Onus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	-	26.425,70	32.033,19	51.624,00	41.554,85	42.955,25	44.354,18
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	512.175,83	1.524.795,65	1.454.229,15	50.000,00	715.456,16	755.932,96	798.049,50
2.1.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	-	-	953.817,86	-	-	-	-
2.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	30.000,00	64.810,71	66.657,93	68.516,21
2.2.1.8.0.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.0.1.2.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	110.300,00	-	30.000,00	54.810,71	56.657,93	58.516,21
2.2.3.0.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Emprestimos	33.514,67	11.392,09	18.782,27	20.000,00	18.980,02	19.619,64	20.263,17
2.4.1.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	475.551,43	1.386.207,15	1.386.207,15	178.285,74	638.402,88	676.285,00	715.787,02
2.4.2.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	475.551,43	1.386.207,15	1.386.207,15	178.285,74	638.402,88	676.285,00	715.787,02
2.4.3.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.8.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.9.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	3.109,73	6.896,41	1.353,28	-	3.282,54	3.372,48	3.483,10
2.9.9.0.0.0.1.02.00.00	Outras Receitas Diferimento Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.109,73	6.896,41	1.353,28	-	3.282,54	3.372,48	3.483,10
7.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.647.904,34	1.888.667,25	2.383.354,82	2.596.500,00	2.680.482,24	2.848.896,04	2.995.301,95
7.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	1.647.904,34	1.888.667,25	2.383.354,82	2.596.500,00	2.680.482,24	2.848.896,04	2.995.301,95
7.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	3.705.702,36	3.764.981,45	3.963.830,92	4.004.900,00	4.444.376,23	4.548.253,87	4.578.030,88
9.1.1.0.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	(308.286,00)	(171.181,05)	(401.414,15)	(44.600,00)	(237.398,41)	(245.398,73)	(253.447,81)
9.1.7.0.0.0.00.00.00	Demais Dedu. da Receita Corrente - Exceto Rend Negativo do RPPS (digitar com sinal negativo)	(3.397.416,36)	(3.593.800,39)	(3.562.416,77)	(3.960.300,00)	(4.206.977,82)	(4.300.855,14)	(4.324.583,07)
9.2.0.0.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		23.631.592,87	26.783.208,01	28.253.224,51	28.800.000,00	31.747.586,61	32.825.273,71	33.463.345,84

BO


Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2022
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA		PAGA		PAGA		PAGA(Estim)		PROJETADO		PROJETADO		PROJETADO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
DESPESAS CORRENTES	16.628.105,29	18.996.709,45	18.706.437,99	22.276.452,00	23.975.188,95	25.879.044,93	28.787.986,21							
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.878.333,15	10.971.050,52	11.948.156,90	12.807.323,00	13.973.715,91	14.851.679,82	16.771.062,72							
Pessoal - Executivo / Indiretas	7.472.944,67	8.324.220,92	9.057.028,84	9.057.323,00	10.351.514,02	11.001.896,19	11.682.960,92							
Pessoal - Legislativo	329.859,39	356.585,34	372.752,45	395.000,00	440.089,98	467.740,69	498.695,85							
Pessoal do R.P.P.S	2.075.530,09	2.290.244,26	2.518.377,61	3.355.000,00	3.182.111,91	3.382.042,94	3.591.405,95							
Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS														
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.622,24	29.397,75	41.935,16	215.000,00	108.819,27	115.849,00	123.228,58							
Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	49.622,24	29.397,75	41.935,16	215.000,00	108.819,27	115.849,00	123.228,58							
Juros e encargos da Dívida - Legislativo														
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar														
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar RPPS														
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos														
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.700.149,90	7.996.261,18	6.716.345,93	9.254.129,00	9.892.653,76	10.911.516,11	12.893.694,91							
Outras Despesas Correntes - Executivo	6.700.149,90	7.996.261,18	6.716.345,93	9.250.489,00	9.891.212,93	10.909.926,89	12.891.816,98							
Outras Despesas Correntes - Legislativo				3.640,00	1.440,83	1.589,23	1.877,93							
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar														
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos														
Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS														
DESPESAS DE CAPITAL	4.400.000,00,00	4.148.444,80	3.058.057,53	1.277.048,00	4.071.314,36	3.145.835,91	2.456.352,41							
INVESTIMENTOS	4.400.000,00,00	4.148.444,80	3.058.057,53	1.277.048,00	4.071.314,36	3.145.835,91	2.456.352,41							
Investimentos - Executivo / Indiretas	4.400.000,00,00	4.148.444,80	3.058.057,53	1.277.048,00	4.071.314,36	3.145.835,91	2.456.352,41							
Investimentos - Legislativo														
Investimentos - Restos a Pagar														
Investimentos - Restos a Pagar Pagos														
INVERSÕES FINANCEIRAS														
Concessão de Empréstimos e Financiamentos														
Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas														
Outras Inversões Financeiras - Legislativo														
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar														
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos														
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	173.250,00	173.250,00	173.250,00	420.000,00	288.168,79	297.880,08	307.650,54							
Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	173.250,00	173.250,00	173.250,00	420.000,00	288.168,79	297.880,08	307.650,54							
Amortização da Dívida - Legislativo														
Amortização da Dívida - Restos a Pagar														
Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos														
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS	9.999.999,99,01				1.095.317,05	1.040.488,77	671.597,09							
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS	9.999.999,99,02				2.605.865,24	2.759.904,10	2.980.604,31							
TOTAL DAS DESPESAS	18.160.647,74	23.145.154,25	21.764.495,52	23.553.500,00	31.747.685,61	32.825.273,71	33.463.345,84							

Valores em R\$ 1,00

[Handwritten signature]

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)			II - DEDUÇÕES			III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb		
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	32.796.123,45	33.766.698,57	34.248.025,27	7.551.871,14	7.839.304,87	8.064.739,19	884.852,04	940.447,00	998.664,72
Compensação Financeira entre Regimes	74.937,51	77.462,91	80.003,69	2.147.705,36	2.275.141,09	2.408.039,91	4.444.376,23	4.546.253,87	4.578.030,88
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	2.327.665,48	2.376.970,51	2.409.890,51	27.571.917,79	28.304.364,22	28.593.176,59			
Deduções da Receita Corrente									
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)									

BR
Q

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2022 a 2024

PODER EXECUTIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	14.888.835,61	15.284.356,68	15.440.315,36
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	14.144.393,83	14.520.138,84	14.668.299,59
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	13.399.952,05	13.755.921,01	13.896.283,82

PODER LEGISLATIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.654.315,07	1.698.261,85	1.715.590,60
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.571.599,31	1.613.348,76	1.629.811,07
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.488.883,56	1.528.435,67	1.544.031,54

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
 - II - criação de cargo, emprego ou função;
 - III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

gs

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	177.924,22	955.817,86	1.983.500,28	1.039.080,79	1.326.132,98	1.449.571,35
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	177.924,22	955.817,86	1.983.500,28	1.039.080,79	1.326.132,98	1.449.571,35
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	2.148.775,02	2.403.795,25	4.767.749,92	3.106.773,40	3.426.106,19	3.766.876,50
Disponibilidade da Caixa Bruta	2.406.867,59	3.577.540,96	4.723.983,48	3.569.464,01	3.956.996,15	4.083.481,21
(-) Restos a Pagar Processados	313.916,78	1.218.055,68	2.375,61	511.449,36	577.293,55	363.706,17
Demais Haveres Financeiros	55.824,21	44.309,97	46.142,05	48.758,74	46.403,59	47.101,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(1.970.850,80)	(1.447.977,39)	(2.784.249,64)	(2.067.692,61)	(2.099.973,21)	(2.317.305,15)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	Valores em R\$					
	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	955.817,86	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	29.397,75	41.935,16	215.000,00	108.819,27	115.849,00	123.228,58
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	173.250,00	173.250,00	420.000,00	288.168,79	297.880,08	307.650,54

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

ga OP

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
 TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

	RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS			
	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	23.369.745,11	24.715.640,54	26.153.500,00	28.351.747,23	29.220.444,71	29.669.994,39						
(-) Aplicações Financeiras em Geral	127.076,80	53.218,00	153.440,00	129.884,14	137.590,92	145.628,08						
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	1.917.975,74	1.438.318,50	2.153.500,00	2.147.705,36	2.275.141,09	2.408.039,91						
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-						
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	21.324.692,57	23.224.104,04	23.846.560,00	26.074.157,72	26.807.712,70	27.116.326,41						
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	1.524.795,65	1.154.229,15	50.000,00	715.456,15	755.932,96	798.049,50						
(-) Operações de Crédito	-	955.817,86	-	-	-	-						
(-) Amortização de Empréstimos	11.392,09	18.762,27	20.000,00	18.980,02	19.619,64	20.263,17						
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-						
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	6.896,41	1.363,28	-	3.262,54	3.372,48	3.483,10						
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	1.506.507,15	178.285,74	30.000,00	693.213,60	732.940,84	774.303,23						
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	22.831.199,72	23.402.389,78	23.876.560,00	26.767.371,32	27.540.653,53	27.890.629,64						
DESPESAS PRIMÁRIAS												
	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024						
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	18.996.709,45	18.706.437,99	22.276.452,00	23.975.188,95	25.879.044,93	28.787.986,21						
(-) Juros e Encargos da Dívida	29.397,75	41.935,16	215.000,00	108.819,27	115.849,00	123.228,58						
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	18.967.311,70	18.664.502,83	22.061.452,00	23.866.369,68	25.763.195,93	28.664.757,63						
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	4.148.444,80	3.058.057,53	1.277.048,00	4.071.314,36	3.145.835,91	2.456.352,41						
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-						
(-) Aquisic. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-						
(-) Amortização da Dívida	173.250,00	173.250,00	420.000,00	288.168,79	297.880,08	307.650,54						
(-) Despesas Primárias de Capital (V)	3.975.194,80	2.884.807,53	857.048,00	3.783.145,57	2.847.955,83	2.148.701,87						
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)	22.942.506,50	21.549.310,36	22.918.500,00	27.649.515,25	28.611.151,76	30.813.459,50						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)												
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)												
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)	111.306,78	1.853.079,42	958.060,00	4.583.326,23	4.870.891,10	5.141.837,08						




JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	0	0	0	0	0	0
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-

fb

M.

3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX)	-	111.306,78	1.853.079,42	958.060,00	4.583.326,23	4.870.891,10	5.141.837,08

BR

M.

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	29.067.203,37	28.011.181,82		105,42%	29.976.377,67	27.945.560,12		105,91%	30.468.043,89	27.501.856,41		106,56%
Receitas Primárias (I)	26.767.371,32	25.794.903,46		97,08%	27.540.653,53	25.674.849,63		97,30%	27.890.629,64	25.175.363,88		97,54%
Receitas Primárias Correntes	26.074.157,72	25.126.874,55		94,57%	26.807.712,70	24.991.563,53		94,71%	27.116.326,41	24.476.442,20		94,83%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.760.865,31	1.696.892,46		6,39%	1.862.878,62	1.736.673,69		6,58%	1.917.257,30	1.730.604,53		6,71%
Contribuições	1.061.444,22	1.022.881,58		3,85%	1.127.517,41	1.051.131,19		3,98%	1.196.662,55	1.080.162,60		4,19%
Transferências Correntes	22.655.112,06	21.832.044,00		82,17%	23.191.565,16	21.620.400,09		81,94%	23.346.704,84	21.073.808,56		81,65%
Demais Receitas Primárias Correntes	596.736,13	575.056,50		2,16%	625.751,51	583.358,56		2,21%	655.701,73	591.866,51		2,29%
Receitas Primárias de Capital	893.213,60	668.028,91		2,51%	732.940,84	683.286,10		2,59%	774.303,23	698.921,67		2,71%
Despesa Total	31.747.685,61	30.594.281,21		115,15%	32.825.273,71	30.601.451,26		115,97%	33.463.345,84	30.205.553,59		117,03%
Despesas Primárias (II + III)	31.350.697,55	30.211.715,86		113,71%	32.411.544,64	30.215.751,19		114,51%	33.032.466,72	29.816.622,29		115,53%
Despesas Primárias Correntes	23.866.369,68	22.999.286,21		86,56%	25.763.195,93	24.017.809,92		91,02%	28.664.757,63	25.874.127,37		100,25%
Pessoal e Encargos Sociais	13.873.715,91	13.466.045,98		50,68%	14.851.679,82	13.845.519,16		52,47%	15.771.062,72	14.235.685,89		55,16%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	9.892.653,76	9.533.250,23		35,88%	10.911.516,11	10.172.290,76		38,55%	12.893.694,91	11.638.441,49		45,09%
Despesas Primárias de Capital	3.783.145,57	3.645.702,59		13,72%	2.847.955,83	2.655.014,62		10,06%	2.148.701,87	1.939.517,04		7,51%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Reserva de Contingência (II-a)	3.701.182,30	3.566.717,07		13,42%	3.800.392,87	3.542.926,66		13,43%	2.219.007,22	2.002.977,88		7,76%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-4.583.326,23	-4.416.812,41		-16,62%	-4.870.891,10	-4.540.901,56		-17,21%	-5.141.837,08	-4.641.258,41		-17,98%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	-4.583.326,23	-4.416.812,41		-16,62%	-4.870.891,10	-4.540.901,56		-17,21%	-5.141.837,08	-4.641.258,41		-17,98%
Divida Pública Consolidada	1.039.080,79	1.001.330,62		3,77%	1.326.132,98	1.236.291,10		4,69%	1.449.571,35	1.308.449,71		5,07%
Divida Consolidada Líquida	-2.067.692,61	-1.992.572,62		-7,50%	-2.089.973,21	-1.957.705,78		-7,42%	-2.317.305,15	-2.091.706,11		-8,10%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Conforme o item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias;
- 4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da compensação entre os juros ativos e passivos,

[Assinaturas]

representado a variação do estoque da dívida;
consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constatado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros; líquidos dos Restos a Pagar Processados;

5 – a dívida pública

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2018, 2019 e 2020) e os valores reestimados para o exercício atual (2021), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do PTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
 - 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
 - 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,43%, 2,48% e 2,48% e das Taxas de Inflação (IPCA) de 3,77%, 3,37% e 3,28%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 04/06/2021.
 - 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
 - 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 375/2020 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser reviso por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2022. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.
 - 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2022, 2023 e 2024, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de Juros SELIC, de 6,42%, 6,46% e 6,37%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 04/06/2021.
 - 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2021, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
 - 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2022, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 31.747.685,61 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 2.277.589,50), das resultantes de Operações de Crédito (R\$0,00), das Alianças de Investimentos (R\$0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$18.980,025), e ainda a dedução das receitas intraorçamentárias, resultam numa Receita Primária de R\$26.767.371,32.
 - 9.2 -** As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 31.747.685,61. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 108.819,27, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 288.168,79, e, ainda, as despesas intraorçamentárias, tem-se que as despesas primárias para 2022 foram previstas em R\$ 31.350.697,55. **A Tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
 - 9.3 -** Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2022 que foi inicialmente prevista em (R\$4.583.326,23) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
 - 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	5.787.977,16	5.577.697,94		6.141.947,04	5.725.846,94		6.482.010,27	5.850.960,31	
Receitas Primárias RPPS (I)	3.640.271,80	3.508.019,46		3.866.805,95	3.604.840,43		4.073.970,36	3.677.352,84	
Despesa Total RPPS	5.787.977,16	5.577.697,94		6.141.947,04	5.725.846,94		6.482.010,27	5.850.960,31	
Despesas Primárias RPPS (II)	5.787.977,16	5.577.697,94		6.141.947,04	5.725.846,94		6.482.010,27	5.850.960,31	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 2.147.705,36	- 2.069.678,48		- 2.275.141,09	- 2.121.006,51		- 2.408.039,91	- 2.173.607,47	
			Preenchimento Opcional Cfe. 11* Edição do MDF						Preenchimento Opcional Cfe. 11* Edição do MDF

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

gt *J*

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	22.400.000,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	96,15%	25.869.869,69	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	111,04%	3.469.869,69	15,49%
Receita Primárias (I)	23.066.040,00		99,01%	23.403.753,06		100,45%	337.713,06	1,46%
Despesa Total	22.400.000,00		96,15%	21.764.495,52		93,42%	- 635.504,48	-2,84%
Despesa Primárias (II)	26.650.825,33		114,39%	21.549.310,36		92,49%	- 5.101.514,97	-19,14%
Resultado Primário	- 3.584.785,33		-15,39%	- 703.751,31		-3,02%	2.881.034,02	-80,37%
Resultado Nominal	-		0,00%	381.265,40		1,64%	381.265,40	-
Dívida Pública Consolidada	-		0,00%	955.817,86		4,10%	955.817,86	-
Dívida Consolidada Líquida	-		0,00%	1.403.667,42		6,02%	1.403.667,42	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Valor da Receita Corrente Líquida de 2020 R\$ 23.297.825

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em (R\$ 703.751,31).

A dívida consolidada totalizou R\$ 1.403.667,42.

ga 

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	19.730.000,00	22.400.000,00	13,53%	23.100.000,00	3,13%	29.067.203,37	25,83%	29.976.377,67	3,13%	30.468.043,89	1,64%
Receitas Primárias (I)	19.603.750,00	23.066.040,00	17,66%	22.926.560,00	-0,60%	26.767.371,32	16,75%	27.540.653,53	2,89%	27.890.629,64	1,27%
Despesa Total	19.730.000,00	22.400.000,00	13,53%	23.100.000,00	3,13%	31.747.685,61	37,44%	32.825.273,71	3,39%	33.463.345,84	1,94%
Despesas Primárias (II)	19.298.500,00	26.650.825,33	38,10%	21.612.352,20	-18,91%	31.350.697,55	45,06%	32.411.544,64	3,38%	33.032.466,72	1,92%
Resultado Primário (I - II)	305.250,00	-3.584.785,33	-1274,38%	1.314.207,80	-136,66%	4.583.326,23	-448,75%	4.870.891,10	6,27%	5.141.837,08	5,56%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	4.583.326,23	0	4.870.891,10	6,27%	5.141.837,08	5,56%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	1.983.500,28	0	1.039.080,79	-47,61%	1.326.132,98	27,63%	1.449.571,35	9,31%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-2.784.249,64	0	-2.067.692,61	-25,74%	-2.099.973,21	1,56%	-2.317.305,15	10,35%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	21.747.746,06	23.623.040,00	8,62%	23.100.000,00	-2,21%	28.011.181,82	21,26%	27.945.560,12	-0,23%	27.501.856,41	-1,59%
Receitas Primárias (I)	21.608.584,74	24.325.445,78	12,57%	22.926.560,00	-5,75%	25.794.903,46	12,51%	25.674.849,63	-0,47%	25.175.363,88	-1,95%
Despesa Total	21.747.746,06	23.623.040,00	8,62%	23.100.000,00	-2,21%	30.594.281,21	32,44%	30.601.451,26	0,02%	30.205.553,59	-1,29%
Despesas Primárias (II)	21.272.117,45	28.105.960,39	32,13%	21.612.352,20	-23,10%	30.211.715,86	39,79%	30.215.751,19	0,01%	29.816.622,29	-1,32%
Resultado Primário (I - II)	336.467,28	-3.780.514,61	-1223,59%	1.314.207,80	-134,76%	4.416.812,41	-436,08%	4.540.901,56	2,81%	4.641.258,41	2,21%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	4.416.812,41	-	4.540.901,56	2,81%	4.641.258,41	2,21%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	1.983.500,28	-	1.001.330,62	-49,52%	1.236.291,10	23,46%	1.308.449,71	5,84%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-2.784.249,64	-	-1.992.572,62	-28,43%	-1.957.705,78	-1,75%	-2.091.706,11	6,84%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2022), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2019, 2020 e 2021), bem como para os dois seguintes (2023 e 2024), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados pelas respectivas Leis Organamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

BR

ME

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018			-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	110.300,00	-
Alienação de Bens Móveis	-	110.300,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	110.300,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	-	-	-
TOTAL	-	110.300,00	-

DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	131.000,00	-
Investimentos		131.000,00	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	131.000,00	-
SALDO FINANCEIRO			
	(20.700,00)	(20.700,00)	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	3.608.730,37	4.384.699,61	4.283.470,52
Receita de Contribuições dos Segurados	557.503,62	611.033,94	777.853,81
Civil	557.503,62	611.033,94	777.853,81
Ativo	541.340,14	592.417,92	758.994,33
Inativo	16.063,48	9.373,04	7.284,11
Pensionista	0	9.242,98	11.575,37
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	1.510.248,27	1.888.667,25	2.362.714,95
Civil	1.510.248,27	1.888.667,25	2.362.714,95
Ativo	1.499.025,73	1.874.324,35	2.344.700,70
Inativo	3.530,09	5.099,68	6.408,04
Pensionista	7.692,45	9.243,22	11.606,21
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	1.541.078,48	1.839.448,68	1.068.905,50
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.541.078,48	1.839.448,68	1.068.905,50
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0	45.549,74	73.996,26
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	45.549,74	73.996,26
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			20.639,87
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	3.608.730,37	4.384.699,61	4.283.470,52
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	2.080.669,59	2.295.579,76	2.518.377,61
Aposentadorias	1.514.448,47	1.677.159,58	1.899.874,93
Pensões	514.554,97	565.992,46	597.782,77
Outros Benefícios Previdenciários	51.666,15	52.427,72	20.719,91
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	2.080.669,59	2.295.579,76	2.518.377,61
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	1.528.060,78	2.089.119,85	1.765.092,91
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.620.978,40	2.233.976,84	4.213.722,00
Investimentos e Aplicações	13.851.251,45	15.328.221,91	15.113.474,70
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			

gt JM

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%	45.374.937,59	100,00%
TOTAL	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%	45.374.937,59	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%	1.661.154,76	100,00%
TOTAL	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%	1.661.154,76	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%	47.036.092,35	100,00%
TOTAL	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%	47.036.092,35	100,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 832/2006, está sobre a gestão do Fundo de Previdência e Assistência do Servidor - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2018 a 2020, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 47.036.092,35 em 31.12.2018 para R\$ 42.240.810,49 em 31.12.2020.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2020 com superávit.

ga

Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²			
-------------------------------------------------------------	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			



RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)			
-----------------------------------------------------------	--	--	--

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício)
2020	2.493.503,90	2.844.053,87	-350.549,97	17.211.648,89
2021	2.368.607,32	2.572.984,16	-204.376,84	17.007.272,05
2022	2.321.811,99	2.441.296,68	-119.484,69	16.887.787,36
2023	2.402.779,48	2.613.559,50	-210.780,02	16.677.007,34
2024	2.263.373,72	2.648.022,45	-384.648,73	16.292.358,61
2025	2.141.698,76	2.538.086,39	-396.387,63	15.895.970,98
2026	2.018.851,73	2.454.118,76	-435.267,03	15.460.703,95
2027	1.883.228,91	2.464.847,36	-581.618,45	14.879.085,50
2028	1.784.649,11	2.405.416,49	-620.767,38	14.258.318,12
2029	1.713.072,32	2.282.066,92	-568.994,60	13.689.323,52
2030	1.647.608,70	2.129.782,26	-482.173,56	13.207.149,96
2031	1.582.554,35	1.986.275,20	-403.720,85	12.803.429,11
2032	1.522.668,61	1.907.626,00	-384.957,39	12.418.471,72
2033	1.455.861,24	1.824.197,10	-368.335,86	12.050.135,86
2034	1.400.007,73	1.721.092,30	-321.084,57	11.729.051,29
2035	1.383.141,25	1.662.636,58	-279.495,33	11.449.555,96

2036	1.329.153,09	1.652.576,12	-323.423,03	11.126.132,93
2037	1.251.254,65	1.637.719,58	-386.464,93	10.739.668,00
2038	1.196.215,62	1.552.323,37	-356.107,75	10.383.560,25
2039	1.133.527,07	1.531.746,54	-398.219,47	9.985.340,78
2040	1.079.387,17	1.479.334,35	-399.947,18	9.585.393,60
2041	1.030.714,38	1.389.243,85	-358.529,47	9.226.864,13
2042	981.621,51	1.314.667,12	-333.045,61	8.893.818,52
2043	922.276,95	1.293.811,88	-371.534,93	8.522.283,59
2044	881.846,24	1.209.690,72	-327.844,48	8.194.439,11
2045	835.120,08	1.161.238,18	-326.118,10	7.868.321,01
2046	799.132,77	1.078.867,38	-279.734,61	7.588.586,40
2047	760.715,08	1.018.747,49	-258.032,41	7.330.553,99
2048	715.272,92	993.042,19	-277.769,27	7.052.784,72
2049	683.099,95	940.991,59	-257.891,64	6.794.893,08
2050	648.053,35	892.967,73	-244.914,38	6.549.978,70
2051	621.421,00	822.312,40	-200.891,40	6.349.087,30
2052	586.583,04	788.513,06	-201.930,02	6.147.157,28
2053	561.430,35	729.683,34	-168.252,99	5.978.904,29
2054	536.912,09	668.652,21	-131.740,12	5.847.164,17
2055	48.682,16	623.957,57	-575.275,41	5.271.888,76
2056	42.732,29	572.388,49	-529.656,20	4.742.232,56
2057	35.622,59	527.213,24	-491.590,65	4.250.641,91
2058	31.504,78	479.197,00	-447.692,22	3.802.949,69
2059	27.766,41	434.890,76	-407.124,35	3.395.825,34
2060	24.384,34	394.063,79	-369.679,45	3.026.145,89
2061	21.335,95	356.511,39	-335.175,44	2.690.970,45
2062	18.599,04	322.038,25	-303.439,21	2.387.531,24
2063	16.150,03	290.430,77	-274.280,74	2.113.250,50
2064	13.965,39	261.478,72	-247.513,33	1.865.737,17
2065	12.022,99	234.983,50	-222.960,51	1.642.776,66
2066	10.302,76	210.761,19	-200.458,43	1.442.318,23
2067	8.784,98	188.651,02	-179.866,04	1.262.452,19
2068	7.451,17	168.491,12	-161.039,95	1.101.412,24
2069	6.284,23	150.132,07	-143.847,84	957.564,40
2070	5.268,55	133.436,32	-128.167,77	829.396,63
2071	4.389,90	118.284,14	-113.894,24	715.502,39
2072	3.634,77	104.556,64	-100.921,87	614.580,52
2073	2.990,81	92.139,53	-89.148,72	525.431,80
2074	2.446,39	80.923,62	-78.477,23	446.954,57
2075	1.990,32	70.793,07	-68.802,75	378.151,82
2076	1.611,70	61.653,31	-60.041,61	318.110,21
2077	1.299,60	53.431,88	-52.132,28	265.977,93
2078	1.043,04	46.065,34	-45.022,30	220.955,63
2079	831,47	39.489,25	-38.657,78	182.297,85
2080	656,38	33.640,21	-32.983,83	149.314,02
2081	512,16	28.463,17	-27.951,01	121.363,01
2082	394,84	23.913,80	-23.518,96	97.844,05
2083	300,70	19.945,70	-19.645,00	78.199,05
2084	226,06	16.508,03	-16.281,97	61.917,08
2085	167,52	13.549,07	-13.381,55	48.535,53
2086	122,08	11.020,69	-10.898,61	37.636,92
2087	87,19	8.880,55	-8.793,36	28.843,56
2088	60,74	7.087,37	-7.026,63	21.816,93
2089	41,05	5.596,20	-5.555,15	16.261,78
2090	26,77	4.365,46	-4.338,69	11.923,09
2091	16,72	3.358,29	-3.341,57	8.581,52
2092	9,92	2.541,78	-2.531,86	6.049,66
2093	5,53	1.889,03	-1.883,50	4.166,16
2094	2,86	1.376,06	-1.373,19	2.793,01

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada

gt

10

exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2020.

GA M.

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IPTU TAXAS	Desconto Pagamento Antecipado, Isenção e Renúncia.	Contribuintes em Geral	17.000,00	17.572,90	18.149,29	Vide Obsevação abaixo
	Desconto Pagamento Antecipado, Isenção e Renúncia.	Contribuintes em Geral	4.000,00	4.134,80	4.270,42	
			-	-	-	
TOTAL			21.000,00	21.707,70	22.419,71	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram calculados a partir dos valores de 2022, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 3,37%
 Inflação para 2024: 3,28%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

ga M

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	244.638,83
Decorrente de Receitas Tributárias	91.510,00
Decorrente de Transferências Correntes	153.128,82
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	122.395,52
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	367.034,34
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	367.034,34
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	(266.711,07)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(40.556,85)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(226.154,21)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	633.745,41

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2022 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2021-2022

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2022, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

gt

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais por Anulação da Reserva de Contingência	20.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes (Epidemias e Calamidades Públicas)	60.000,00	Abertura de Créditos Adicionais por Anulação da Reserva de Contingência	60.000,00
SUBTOTAL	80.000,00	SUBTOTAL	80.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	100.000,00	Limitação de empenho conforme LDO	100.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	180.000,00	TOTAL	180.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possíveis obrigações em 2022, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município/da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2022.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

gt *M*

MUNICÍPIO DE NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETO	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	RECURSOS PRÓPRIOS	CONVÊNIOS FEDERAIS	EXECUÇÃO %		
						ATÉ EXERC ANTERIOR - 2020	EXERCÍCIO DE 2021	A EXECUTAR EM 2022
Construção do Complexo Esportivo	Construção da parte 2 da 6ª Etapa do Ginásio Poliesportivo no Complexo Esportivo	out/21	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ -	0,00%	50,00%	50,00%
	Construção de quadra de areia junto ao complexo esportivo	set/21	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ -	0,00%	50,00%	50,00%
	Construção da 5ª Etapa do Ginásio Poliesportivo	Jul/21	R\$ 318.041,42	R\$ 31.541,42	R\$286.500,00	0,00%	100,00%	0,00%
Pavimentações e Ampliação de Vias Públicas do Interior	Pavimentações e Ampliação de Vias Públicas do Interior	Jul/21	R\$ 1.599.946,08	R\$ 1.599.946,08	R\$ -	0,00%	100,00%	0,00%
		dez/21	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.700.000,00	R\$ -	0,00%	15,00%	85,00%
		Jul/22	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	0,00%	0,00%	100,00%
Pavimentações e Ampliação de Vias Urbanas	Pavimentações e Ampliação de Vias Públicas Urbanas	mai/22	R\$ 300.000,00	61.500,00	R\$238.500,00	0,00%	0,00%	100,00%
Reforma e Ampliação da Escola Ensino Fundamental (MDE)	Execução de Hidrate no Colégio Municipal Barão do Rio Branco	mar/22	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ -	0,00%	0,00%	100,00%
		Instalação de parque de diversão junto ao Colégio Municipal Barão do Rio Branco	abr/22	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	0,00%	0,00%
Reforma e Ampliação da Escola Ensino Infantil Creche (MDE)	Instalação de placas fotovoltaicas no prédio da creche municipal	nov/21	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$	0,00%	50,00%	50,00%
		nov/21	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$100.000,00	0,00%	50,00%	50,00%
Gestão de Meio Ambiente	Instalação de placas fotovoltaicas no prédio administrativo	nov/21	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	0,00%	50,00%	50,00%
Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos	Construção de Transbordo na Usina de Reciclagem	ago/21	R\$ 59.681,79	R\$ 59.681,79	R\$ -	0,00%	100,00%	0,00%
			R\$6.237.669,29					

Fonte: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Nova Roma do Sul.

87

01